

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO
COORDENADORIA DE NORMAS E ACOMPANHAMENTO FISCAL

RELATÓRIOS LC 614/2019

3º Quadrimestre de 2021
Publicação 31/03/2022

SEFAZ
Secretaria
de Estado
de Fazenda



Governo de
**Mato
Grosso**

SUMÁRIO

PORTARIA DE PUBLICAÇÃO	3
ANEXO 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA CONFORME LC 614/19.....	4

**Publicação dos Relatórios dispostos na
Lei Complementar 614, de 05/02/2019
referentes ao 3 º quadrimestre do
exercício 2021.**

A **SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 1º da Portaria nº 05/GSF/SEFAZ/2021, de 18/01/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a publicação dos relatórios concernentes à Lei Complementar Estadual nº 614, de 05 de fevereiro de 2019, referentes ao 3º quadrimestre do exercício de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE

Gabinete da Senhora Secretária Adjunta da Contadoria Geral do Estado do da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso, em Cuiabá – MT, 30 de março de 2022.

Original Assinado
Anésia Cristina Batista
Secretaria Adjunta da Contadoria Geral do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEMONSTRATIVO DO GASTO COM PROPAGANDA E PUBLICIDADE
JANEIRO A DEZEMBRO/2021 - 3º QUADRIMESTRE (SETEMBRO A DEZEMBRO)

LC 614/2019, art. 18

GASTOS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA	EMPENHADA	LIQUIDADA
TOTAL DE GASTOS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA	63.800.923,68	51.816.030,51
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	23.200.165.158,90	23.200.165.158,90
% do GASTO TOTAL sobre a RCL Ajustada	0,275%	0,223%
LIMITE DEFINIDO PELA LC 614/2019 <0,5%>	116.000.825,79	116.000.825,79

FONTE: CNAF/SACE/SEFAZ

NOTA: Despesas contabilizadas na subfunção 131, programa 036 e PAOE 2014.

NOTA: Receita Corrente Líquida Ajustada LC 614 com ajustes para limite de endividamento conforme MDF.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEMONSTRATIVO DA POUPANÇA PÚBLICA
JANEIRO A DEZEMBRO/2021 - 3º QUADRIMESTRE(SETEMBRO A DEZEMBRO)

LC 614/2019, art. 35

ESPECIFICAÇÃO	ATÉ O QUADRIMESTRE	
RECEITAS PRÓPRIAS (I)	33.717.630.696,12	
Receita de Impostos	29.000.982.741,14	
IRRF	1.604.701.076,90	
IPVA	1.025.823.052,50	
ITCD	234.824.951,71	
ICMS	26.135.633.660,03	
Transferências Correntes	2.977.554.350,77	
Cota - Parte do FPE	2.841.756.431,15	
Transferência da LC.61/1989	126.334.597,41	
Cota-Parte IOF-Ouro	9.463.322,21	
Transferência da LC.87/1996	-	
Outras Receitas de Juros, multas e Dívida Ativa	1.739.093.604,21	
Multas e Juros de Mora dos Impostos	1.104.942.185,21	
Multas e Juros de Mora da dívida ativa dos impostos	368.483.038,43	
Receita da dívida ativa dos impostos	265.668.380,57	
DEDUÇÕES (II)	18.128.806.140,02	
Transferências Constitucionais e Legais	5.131.299.618,77	
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	3.493.619.408,11	
Renúncia	9.503.887.113,14	
RECEITA PRÓPRIA LÍQUIDA (I-II)	15.588.824.556,10	
Despesas Empenhadas	10.774.438.713,80	
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem Disponibilidade Financeira	35.083.650,94	
Repasse dos Duodecimos ²	2.772.389.560,65	
Total das Despesas e RP sem lastro	13.581.911.925,40	
	NOMINAL	%
Resultado da Poupança Pública	2.006.912.630,70	12,87%
Meta da Poupança Pública	1.247.105.964,49	8,00%

FONTE:CNAF/SACE/SEFAZ SIG MT emitido em 18.02.2022 validado com FIP 215 emitido em 18.02.2022.

Nota:

Para receitas e despesas foram consideradas a metodologia ROLT/DROLT (Lei 10.819/2019).

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL CONFORME LC 614/2019 - EXECUTIVO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2021

R\$ 1,00

LC 614/2019, art. 20

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	(Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													
	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	TOTAL (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	884.178.183,30	936.676.780,23	943.491.489,62	946.783.868,49	975.680.431,05	1.377.627.839,66	965.744.719,13	964.342.201,08	959.813.537,05	989.573.644,09	1.063.988.987,96	1.512.347.850,37	12.492.380.734,65	11.783.611,92
Pessoal Ativo	559.428.857,87	600.903.471,16	599.835.005,80	612.236.249,72	632.329.500,84	869.428.994,69	642.374.238,88	636.660.992,45	625.968.329,84	652.398.917,32	667.591.020,72	1.007.792.212,18	8.107.147.791,47	11.569.227,08
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	468.886.692,60	502.662.803,87	500.959.814,01	510.842.152,14	526.689.729,79	720.329.439,99	536.038.951,00	538.428.495,53	530.717.181,91	544.959.291,10	549.138.626,91	843.364.863,94	6.767.343.220,03	8.363.587,04
Outras Despesas Variáveis	90.542.165,27	98.240.667,29	98.875.191,79	101.414.097,58	105.639.771,05	148.899.554,70	106.340.287,88	108.232.506,92	97.201.149,93	107.439.638,42	119.452.393,81	164.427.348,24	1.339.804.571,44	3.195.640,04
Pessoal Inativo e Pensionistas	334.750.325,43	335.773.289,07	343.566.493,82	337.527.619,77	343.070.930,41	507.598.644,97	343.370.480,25	327.881.298,55	333.845.607,21	337.174.728,57	336.397.967,14	504.555.638,19	4.385.232.933,38	213.784,84
Aposentadorias, Reservas e Reformas	292.483.574,15	294.410.466,62	302.160.410,63	296.198.971,19	300.940.037,70	445.433.416,90	301.293.074,43	285.606.998,02	290.377.022,01	294.004.499,88	292.626.608,66	439.475.384,39	3.835.992.371,56	213.784,84
Pensões	41.266.751,28	41.362.822,45	41.406.083,19	41.328.648,58	42.130.892,71	62.165.228,07	42.077.405,82	41.974.212,53	43.468.585,20	43.170.218,69	43.769.358,48	65.080.253,81	549.240.561,82	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 19 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	261.271.325,18	252.675.132,18	244.617.243,16	251.771.808,65	256.208.951,71	357.626.377,86	252.900.419,28	236.294.441,28	233.133.360,47	242.792.374,39	237.023.701,36	453.188.575,68	3.278.903.710,80	687.159,72
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.370.683,19	5.557.618,64	6.500.269,52	9.830.491,36	13.100.148,58	13.055.006,01	13.579.637,98	15.193.277,74	11.678.881,42	15.645.858,70	16.456.116,48	105.878.207,51	230.902.367,13	48.690,80
Decretos de Direito Judicial	85.502,58	92.374,42	85.983,54	127.520,51	160.314,13	2.316.298,78	531.894,30	294.979,78	3.138.795,19	252.828,52	1.744.907,88	1.511.832,65	10.301.163,38	424.494,06
Despesas de Exercícios Anteriores	32.253.626,69	15.641.858,69	7.415.133,27	11.286.293,30	8.440.658,46	5.821.730,96	3.800.072,07	3.710.754,58	2.286.050,89	1.749.812,83	1.324.086,69	1.057.428,24	94.772.706,69	-
Inativos e Pensionistas com Recesso Voluntário	224.590.889,32	230.778.281,43	230.564.956,43	230.525.531,68	234.471.930,54	336.433.382,08	234.989.944,93	217.965.835,18	216.046.668,97	225.143.875,94	217.528.910,21	344.741.316,69	2.942.978.483,40	213.784,84
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	622.907.858,12	684.001.648,05	698.784.256,46	695.012.060,64	719.391.479,34	1.019.497.201,69	732.844.299,85	727.947.759,72	726.680.376,58	746.781.271,70	786.965.286,60	1.059.159.275,29	9.213.477.814,95	11.095.632,20
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA - RCL (IV)													23.208.505.013,10	
(I) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V)													8.339.854,30	
(II) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (VI)													110.336.190,01	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV-V)													23.089.328.978,89	
DESPESA COM PESSOAL (III) (VIII) = (III) - (IIIb)													9.213.477.814,95	39,9%
LIMITE MÁXIMO (IX) (inciso I e III, art. 22 da LRF)													11.314.076.159,90	49,0%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,56xVII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													10.748.315.389,68	46,5%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,50xVIII) (inciso II do art. 22 da LRF)													10.182.614.579,69	44,1%

Fonte: SIAFEM/SEPLAN - 09/01/2022 - versão em 22/02/2022

Nota: Diversos exercícios, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve o entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.25, inciso I da Lei 4.320/64.
- c) No cálculo do limite de despesa com pessoal, do Poder Executivo, utilizou-se a receita corrente líquida ajustada conforme MCF 107/2019 e L complementar nº 614 de 05 de fevereiro de 2019.
- d) Estados considerando os valores da LO 3/2011 UO 003 R\$103.784.624,37 como Assembleia Legislativa Estadual e LO 3/2011 UO 002 R\$108.051.304,18 como Tribunal de Contas Estadual.
- e) Desdobramento as orientações do parecer de auditoria COE 04/09/2016, incluídas as rubricas 2310.2311 e 2312 no valor R\$ 26.078.226,13.

1 Os valores referentes as emendas parlamentares foram atualizadas em 10/01/2022 disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/pt/transferencias-constitucionais-e-legislativas/>

2) Considerando as orientações do parecer de auditoria COE 09/06/2020, referentes ajustando o cálculo de despesas de pessoal, sem as deduções das rubricas 1200.

Original assinado
MAURO MENDES FERREIRA
Governador do Estado

Original assinado
ROGERIO LUIZ GALLO
Secretário de Fazenda

Original assinado
ANESIA CRISTINA BATISTA
Secretária Adjunta da Contadoria Geral do Estado

Original assinado
LUCIANA ROSA
Secretária Adjunta do Tesouro Estadual